

ENAM – 3ª EDIÇÃO(PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira todos os dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e, em atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátil e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502251403M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Exame Nacional da Magistratura
ENAM

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

3/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Direito Constitucional**Samuel Marques****1**

Uma entidade de classe denominada Y, que possui atuação em 13 estados da federação, ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com o objetivo de impugnar leis complementares municipais n. G, n. R e n. A, editadas pelos municípios N, C e O. As normas mencionadas foram elaboradas com o propósito de estabelecer um acordo federativo para a criação de uma região metropolitana entre esses municípios.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A entidade de classe não possui legitimidade para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- (B) As leis municipais em questão são constitucionais, pois a competência para instituir regiões metropolitanas pertence aos municípios.
- (C) A via adequada para impugnar tais normas seria a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, desde que demonstrada a pertinência temática.
- (D) A entidade de classe pode ajuizar a ADI sem necessidade de comprovar pertinência temática em relação às normas impugnadas.
- (E) Para ajuizar a ação, a entidade de classe não necessita de representação por advogado, em razão de sua capacidade postulatória.

2

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) representam uma expressão do poder investigativo do Legislativo, sendo criadas para apurar fatos relevantes para a administração pública. Essas comissões exercem um papel fiscalizador, reunindo informações, colhendo depoimentos e analisando documentos, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades que possam ter repercussões jurídicas, políticas ou sociais.

Com base na disciplina constitucional das CPIs, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança é meio adequado para contestar relatório parcial produzido por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (B) As CPIs possuem autorização legal para encaminhar seus relatórios detalhados não apenas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, mas também a outros órgãos públicos.

- (C) A instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados depende de autorização discricionária de seu presidente, mesmo quando preenchido o requisito de um terço dos deputados.
- (D) Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito indicar os investigados quando houver indícios da prática de infrações penais.
- (E) Caso uma CPI conclua que um investigado cometeu crime, ela deve promover diretamente sua responsabilização perante o Poder Judiciário.

3

O Estado "X" sancionou uma lei estadual que concedia porte de arma de fogo aos procuradores estaduais, justificando a medida com base nas atividades desempenhadas por esses profissionais. Diante disso, a União propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que a norma estadual afrontava a competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico.

Com base na jurisprudência do STF e nas normas constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- (A) A norma estadual é compatível com a Constituição, pois os estados possuem competência legislativa em matéria de segurança pública, o que inclui a regulamentação do porte de armas para servidores estaduais.
- (B) A norma estadual é inconstitucional, pois a regulamentação do porte de armas está vinculada ao direito penal, cuja competência legislativa pertence exclusivamente à União.
- (C) A norma estadual é inconstitucional, pois a regulamentação do porte de armas é disciplinada pelo Código Penal, cuja normatização cabe exclusivamente à União.
- (D) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que o artigo 22, inciso XXI, da Constituição Federal, atribui à União competência privativa para legislar sobre material bélico, categoria na qual se incluem as armas de fogo.
- (E) A norma estadual é constitucional, desde que obedeça às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto do Desarmamento, cuja competência legislativa é compartilhada entre União e estados.

4

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor propôs aos alunos uma discussão sobre o conceito de mutação constitucional e como ele se manifesta no ordenamento jurídico brasileiro.

Com base nessa situação e no conceito de mutação constitucional, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) A mutação constitucional ocorre exclusivamente por meio de emendas constitucionais, que alteram o texto da Constituição de acordo com o procedimento previsto no artigo 60 da Constituição Federal.
- (B) A mutação constitucional implica necessariamente a modificação do texto da Constituição, para que ele possa se adequar às novas realidades sociais.
- (C) A mutação constitucional é um processo informal de alteração do sentido e alcance das normas constitucionais, sem que haja modificação do texto constitucional, e ocorre por meio da interpretação dada pelos órgãos competentes, como o Supremo Tribunal Federal.
- (D) A mutação constitucional somente ocorre em países que adotam uma Constituição flexível, em que as normas podem ser alteradas com mais facilidade.
- (E) A mutação constitucional não tem validade jurídica no Brasil, pois a Constituição deve ser interpretada de forma rígida e literal, conforme o texto originalmente aprovado pelo Poder Constituinte.

5

As imunidades parlamentares são mecanismos constitucionais destinados a resguardar a independência e a autonomia dos parlamentares no exercício de suas funções. Essas garantias dividem-se em imunidade material, que protege contra responsabilizações por opiniões e votos relacionados à atividade parlamentar, e imunidade processual, que estabelece restrições quanto à prisão e ao processamento judicial de parlamentares durante o mandato.

Com base na disciplina constitucional das imunidades parlamentares, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A imunidade material impede que parlamentares sejam responsabilizados, civil ou penalmente, por manifestações e votos proferidos no exercício do mandato.
- (B) A imunidade processual assegura que um parlamentar não possa ser preso durante o mandato, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável.
- (C) A imunidade parlamentar é absoluta e se aplica a qualquer crime, sem restrições ou exceções.
- (D) Crimes cometidos antes da posse não estão abrangidos pela imunidade parlamentar, podendo ser objeto de ação penal normalmente.
- (E) A imunidade parlamentar protege os atos diretamente ligados ao exercício do mandato, não abrangendo condutas alheias à atividade legislativa.

6

O Município Beta editou uma lei complementar instituindo uma taxa de incêndio, com o objetivo de custear os serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Municipal na prevenção e no combate a incêndios.

Diante do exposto e considerando as normas constitucionais e legais aplicáveis à criação de taxas, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição da referida taxa apresenta um vício formal de constitucionalidade, pois apenas uma lei ordinária poderia tratar da matéria, e não uma lei complementar.
- (B) A base de cálculo de uma taxa não pode ter qualquer semelhança com a de um imposto, mesmo que não sejam idênticas.
- (C) A segurança pública, incluindo a prevenção e o combate a incêndios, é uma atribuição essencial dos Estados e do Distrito Federal, devendo ser financiada por impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para esse fim.
- (D) A criação de uma taxa de polícia administrativa, no ordenamento jurídico brasileiro, é uma prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- (E) Estados e o Distrito Federal podem instituir taxas de incêndio, desde que relacionadas ao uso efetivo ou potencial de serviços específicos e divisíveis prestados pelo Corpo de Bombeiros Estadual.

7

O Poder Executivo lançou um plano de segurança pública que não contemplou medidas específicas para combater a violência de gênero e o uso excessivo da força por agentes estatais. O documento não categorizou os feminicídios de maneira diferenciada, dificultando sua identificação estatística. Além disso, ao contrário do plano anterior, não foram estabelecidas metas para reduzir as mortes resultantes de intervenções policiais, nem incluídos indicadores estratégicos para o monitoramento dessas ocorrências.

Considerando essa situação e os precedentes do Supremo Tribunal Federal, o projeto mencionado afronta o princípio da(o):

- (A) mínimo existencial.
- (B) separação dos poderes.
- (C) reserva do possível.
- (D) proteção da confiança.
- (E) vedação ao retrocesso.

8

O poder constituinte difuso diz respeito ao fenômeno da transformação informal da Constituição, que ocorre sem qualquer alteração em seu texto literal.

Considerando esse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder constituinte difuso permite a modificação do texto constitucional por meio de emendas aprovadas pelo Congresso Nacional.
- (B) Esse tipo de poder constituinte se manifesta apenas no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade.
- (C) A mutação constitucional é uma expressão do poder constituinte difuso, pois altera a interpretação das normas constitucionais sem modificar seu texto.
- (D) Os cidadãos podem exercer o poder constituinte difuso por meio de plebiscitos para modificar diretamente dispositivos da Constituição Federal.
- (E) O Presidente da República pode invocar o poder constituinte difuso para promover mudanças constitucionais sempre que o Congresso rejeitar uma proposta de emenda.

9

As normas constitucionais possuem distintos níveis de aplicabilidade e eficácia, os quais variam conforme sua estrutura e necessidade de complementação normativa para plena implementação.

Com base nessa classificação, assinale a alternativa correta.

- (A) Normas constitucionais de eficácia limitada produzem todos os seus efeitos jurídicos imediatamente após a promulgação da Constituição, sem a necessidade de regulamentação infraconstitucional.
- (B) Normas constitucionais de eficácia plena exigem regulamentação posterior para que possam gerar todos os seus efeitos no ordenamento jurídico.
- (C) Normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade imediata e plena desde a promulgação, mas sua eficácia pode ser restringida por legislação infraconstitucional.
- (D) Normas constitucionais de eficácia limitada têm aplicabilidade direta, imediata e integral, sem depender de regulamentação posterior.
- (E) Normas constitucionais de eficácia plena somente poderão ser aplicadas após a edição de norma regulamentadora prevista no texto constitucional.

10

A técnica de interpretação conforme à Constituição é um mecanismo adotado para harmonizar normas infraconstitucionais com o texto constitucional, evitando declarações de inconstitucionalidade quando há possibilidade de interpretação compatível com a Carta Magna. Sobre essa técnica, assinale a alternativa correta.

- (A) A interpretação conforme caracteriza-se como uma forma atenuada de inconstitucionalidade, que apenas ameniza a nulidade de uma norma em conflito com a Constituição.
- (B) Trata-se de técnica que busca ajustar o sentido de uma norma ao texto constitucional, mesmo que o resultado não reflita exatamente a intenção original do legislador.
- (C) Pode ser aplicada mesmo quando a norma analisada possui um único sentido possível e este é inconstitucional.
- (D) É incompatível com a preservação de atos jurídicos baseados em uma norma declarada inconstitucional.
- (E) É uma técnica utilizada pelo Supremo Tribunal Federal, mas que não possui efeito vinculante nas decisões proferidas.

11

Em um hospital público, um paciente maior de idade e plenamente capaz, adepto das Testemunhas de Jeová, foi diagnosticado com uma condição que exige transfusão de sangue para garantir sua sobrevivência. No entanto, por convicções religiosas, o paciente recusou o procedimento e solicitou que fossem aplicadas alternativas médicas disponíveis que não envolvessem transfusão de sangue. Diante dessa recusa, a equipe médica buscou autorização judicial para proceder com a transfusão, alegando que o procedimento era necessário para preservar a vida do paciente.

À luz da Constituição Federal e dos direitos fundamentais, é correto afirmar que

- (A) o hospital pode realizar a transfusão de sangue sem o consentimento do paciente, uma vez que o direito à vida prevalece sobre a liberdade religiosa.
- (B) o paciente tem o direito de recusar a transfusão de sangue, com base no direito à liberdade religiosa e na autonomia individual, devendo o hospital providenciar, sempre que possível, alternativas médicas disponíveis no SUS.
- (C) a recusa de transfusão de sangue é inconstitucional, pois a liberdade religiosa não pode ser usada como justificativa para colocar em risco a própria vida do paciente.
- (D) a equipe médica está obrigada a recorrer ao Judiciário para obter autorização para a realização da transfusão, mesmo com a recusa expressa do paciente, em respeito ao princípio da dignidade humana.
- (E) o direito à vida, garantido constitucionalmente, obriga o paciente a aceitar a transfusão de sangue, não havendo alternativas disponíveis no sistema de saúde para casos em que há recusa de tratamento.

12

Considerando a doutrina predominante do Direito Constitucional brasileiro sobre as técnicas de interpretação e as diferentes concepções de Constituição, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A perspectiva sociológica da Constituição sustenta que esse documento reflete múltiplos fatores sociais, políticos e econômicos que estruturam a sociedade, sendo influenciado pelo contexto histórico e pelas relações de poder vigentes.
- (B) Quando há diferentes interpretações possíveis para uma norma e o Supremo Tribunal Federal define que apenas uma delas é compatível com a Constituição, configura-se a aplicação da técnica da interpretação conforme.

(C) Os princípios constitucionais funcionam como mandamentos de otimização, dotados de elevada eficácia normativa, orientando a aplicação da Constituição para alcançar o melhor resultado possível dentro das alternativas previstas no ordenamento jurídico.

(D) A Teoria Pura do Direito, formulada por Hans Kelsen, buscava separar a ciência jurídica de qualquer influência de ordem moral.

(E) Carl Schmitt defende que a Constituição consiste na decisão política fundamental que estabelece os elementos essenciais da unidade política de um Estado.

13

O sistema tributário desempenha um papel fundamental na estrutura do Estado, viabilizando o financiamento das políticas públicas, promovendo a justiça social, incentivando o crescimento econômico e garantindo a estabilidade financeira. Ele é essencial para a arrecadação de recursos destinados à manutenção dos serviços públicos e à redistribuição da renda de forma mais equitativa.

Com base nesse contexto, analise as afirmativas a seguir:

- I – De acordo com o Supremo Tribunal Federal, norma legal que modifica o prazo para recolhimento de tributo não está sujeita ao princípio da anterioridade.
- II – O princípio constitucional que veda a instituição de tributo federal com aplicação desigual no território nacional impede a concessão de benefícios fiscais regionais.
- III – A imunidade tributária prevista para livros, jornais e periódicos se estende à comercialização de livros eletrônicos (*e-books*) e de dispositivos exclusivamente destinados à leitura desses conteúdos, como leitores de livros digitais (*e-readers*), ainda que possuam funções acessórias.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I e II estão corretas.
- (B) As afirmativas II e III estão corretas.
- (C) As afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Somente a afirmativa I está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

14

Maria e Antônia são servidoras públicas e mantêm uma união estável há mais de quatro anos. Maria engravidou por meio de inseminação artificial e deu à luz a um bebê saudável. Como mãe biológica, ela solicitou e obteve a concessão da licença-maternidade, conforme previsto na legislação trabalhista. Antônia, sua companheira, questionou seu advogado sobre a possibilidade de usufruir de uma licença pelo nascimento do filho, mesmo não tendo sido a gestante.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria, assinale a alternativa que melhor fundamenta a resposta do advogado:

- (A) A mãe não gestante que seja servidora pública também tem direito à licença-maternidade, independentemente de a companheira já ter usufruído do benefício.
- (B) Caso a mãe gestante já tenha utilizado a licença-maternidade, a companheira não gestante terá direito apenas ao período correspondente à licença-paternidade.
- (C) Ambas as mães devem ter direito ao benefício integral da licença-maternidade, pois exercem conjuntamente a parentalidade.
- (D) A mãe não gestante não possui direito à licença em razão da ausência de previsão legal específica.
- (E) O único benefício possível para a mãe não gestante seria a licença-adotante, cujo prazo é inferior ao da licença-maternidade.

15

O Tribunal de Contas exerce um papel fundamental na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, garantindo o controle da legalidade, da eficiência e da economicidade na gestão financeira do Estado. Suas competências são essenciais para a transparência e o combate a irregularidades na administração pública.

Com base nesse contexto, analise as seguintes afirmativas:

- I – A função de controle externo da União é exercida pelo Tribunal de Contas da União, cabendo a ele a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta.
- II – A pretensão de resarcimento ao erário, quando fundada em decisão proferida por Tribunal de Contas, está sujeita à prescrição.
- III – A decisão técnica do Tribunal de Contas do Estado que nega registro de admissão de pessoal não está subordinada à revisão do respectivo Poder Legislativo.

Assinale a alternativa que corresponde a todas as afirmativas corretas:

- (A) Itens I e III.
- (B) Item III, somente.
- (C) Itens II e III.
- (D) Item II, somente.
- (E) Itens I, II e III.

16

Em um julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, o réu foi condenado a 15 anos de reclusão pelo crime de homicídio qualificado. Após a leitura da sentença, a defesa interpôs recurso, argumentando que a execução imediata da pena violaria o princípio da presunção de inocência, uma vez que o caso ainda poderia ser revisto por instâncias superiores. O Ministério Público, por sua vez, sustentou que a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, prevista na Constituição, legitimaria o início da execução da pena, independentemente da interposição de recurso. A questão foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que analisou a matéria com base no artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”, da Constituição Federal.

Com base na jurisprudência do STF e na interpretação constitucional sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri impede a execução imediata da pena, garantindo ao réu o direito de aguardar o trânsito em julgado em liberdade.
- (B) A execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri somente pode ocorrer se a pena for superior a 20 anos de reclusão.
- (C) A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri permite a execução imediata da pena fixada pelo conselho de sentença, independentemente do total da pena aplicada.
- (D) O Tribunal do Júri não possui soberania absoluta, sendo necessária a confirmação da sentença por um tribunal colegiado antes da execução da pena.
- (E) A execução imediata da pena determinada pelo Tribunal do Júri afronta o princípio da presunção de inocência, que exige o trânsito em julgado para o início do cumprimento da sanção.

Direito Administrativo**Renato Borelli****17**

Autarquia "X", responsável pela fiscalização de estabelecimentos especializados no comércio de gêneros alimentícios, constatou, em fiscalização de rotina, que um grande supermercado localizado no Município Beta estava operando de forma irregular e comercializando produtos com validade expirada. Aplicadas as sanções cabíveis, inclusive a penalidade de multa, a autarquia, a fim de garantir o pagamento da sanção pecuniária, apreendeu produtos dentro do prazo de validade, cujo valor total correspondesse exatamente ao valor da multa e que pudessem ser aproveitados pela própria autarquia, como pães, sucos e café. Considerando o cenário narrado, indique a alternativa correta.

- (A) A apreensão de bens foi adequada e decorre do atributo da autoexecutoriedade, inerente aos atos de polícia.
- (B) A apreensão de bens não foi adequada, somente sendo viável se precedida de pesquisa de mercado que corroborasse a compatibilidade dos preços com a média de mercado.
- (C) A apreensão de bens não foi adequada, visto que a cobrança de multas não pode ser realizada de forma coercitiva no exercício da autoexecutoriedade.
- (D) A apreensão de bens não foi adequada, somente sendo viável se precedida de licitação na modalidade leilão.
- (E) A apreensão não foi adequada, tendo em vista a impossibilidade de a autarquia exercer seu poder de polícia em tais situações.

18

O restaurante Tempero de Vó requereu junto ao Município Beta autorização para estruturar mesas e cadeiras em parte da calçada. Ocorre que sete meses após o deferimento do pedido, a Câmara Municipal de Beta editou lei proibindo o uso privativo de calçadas por estabelecimentos comerciais, ocasionando a extinção do ato administrativo de autorização de uso inicialmente concedida. Considerando a situação narrada, a modalidade de extinção do ato administrativo é

- (A) anulação, pois a nova legislação tornou ilegal a autorização de uso concedida.
- (B) revogação, diante da inconveniência da autorização para o interesse público.
- (C) caducidade, em virtude de ilegalidade superveniente.
- (D) cassação, em virtude de ilegalidade superveniente.
- (E) o ato é considerado plenamente nulo, tendo em vista a edição de lei posterior.

19

O Município Ômega, por meio de lei, tem a intenção de delegar à sociedade de economia mista Azul S.A, empresa estatal de capital social majoritariamente público que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, a atribuição do poder de polícia de trânsito, incluindo a aplicação de multas.

Levando em consideração a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a delegação pretendida é

(A) constitucionalmente inviável, pois não é possível de delegação à pessoa jurídica de direito privado qualquer fase do ciclo de polícia.

(B) constitucionalmente inviável, pois a delegação dos atos de consentimento, fiscalização e aplicação de sanções de polícia dependeriam de emenda à Lei Orgânica do Município Ômega.

(C) constitucionalmente viável, pois é possível delegar, por meio de lei, os atos de consentimento, fiscalização e aplicação de sanções de polícia à empresa estatal Azul S.A.

(D) constitucionalmente viável, visto que a supremacia do interesse público permite a delegação de todas as fases do ciclo de polícia, incluindo a fase da ordem de polícia, a quaisquer entidades da administração indireta.

(E) constitucionalmente viável, tendo em vista que o poder de polícia é delegável a todo e qualquer particular que preste atividades típicas da Administração Pública.

20

Gabriel, servidor público de um órgão estadual, passou a utilizar, fora do horário de expediente, um veículo oficial pertencente à administração para resolver assuntos particulares, sem qualquer autorização ou justificativa de interesse público. À luz da Lei n. 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei n. 14.230/2021, essa conduta deve ser enquadrada como:

- (A) Não configura ato de improbidade administrativa, pois não houve prejuízo efetivo ao erário.
- (B) Não configura ato de improbidade, uma vez que a lei não exige comprovação de dolo para caracterizar enriquecimento ilícito.
- (C) Configura ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, independentemente de qualquer demonstração de voluntariedade do agente.
- (D) Configura ato de improbidade apenas se houver a comprovação de prejuízo financeiro aos cofres públicos.
- (E) Configura ato de improbidade administrativa, pois a utilização de bem público para fins particulares, de forma dolosa, está expressamente prevista como hipótese de enriquecimento ilícito.

21

Tício protocolou, por escrito, requerimento administrativo junto a um órgão público federal, solicitando autorização para realizar obras em sua residência. O servidor responsável, porém, exigiu que Tício pagasse uma taxa não prevista em lei para dar prosseguimento ao processo, alegando custos burocráticos internos. Além disso, indeferiu de imediato o pedido, sem abrir prazo para Tício complementar a documentação ou apresentar outros fundamentos que julgasse pertinentes.

À luz da Lei n. 9.784/1999, assinale qual das assertivas abaixo melhor reflete os direitos de Tício e as obrigações da Administração Pública nesse caso.

- (A) O indeferimento imediato do pedido independe de qualquer oportunidade de defesa, pois a Administração tem ampla discricionariedade para arquivar demandas que julgue inadequadas.
- (B) A cobrança de taxa para custear procedimentos internos não previstos em lei é facultada ao servidor responsável, desde que comunicada por escrito.
- (C) Tício tem direito de apresentar documentos e alegações antes de decisão final, bem como de não ser obrigado a pagar despesas não estabelecidas em lei.
- (D) A Administração Pública pode recusar-se a receber documentos adicionais, pois cabe apenas ao administrado instruir o processo desde o primeiro momento, sob pena de preclusão.
- (E) Para agilizar o trâmite, a Administração pode dispensar formalidades essenciais e negar vista do processo ao interessado, uma vez que as decisões internas são de caráter sigiloso.

22

A “Associação de Moradores do Bairro Nova Aurora” (AMNA), regularmente constituída, protocolou um pedido de providências em uma autarquia federal para investigar suposta poluição sonora na região. O servidor responsável pelo processo é filho do presidente da AMNA, porém decidiu continuar atuando no feito sem comunicar a autoridade superior. Além disso, ele indeferiu o pedido imediatamente, alegando que apenas pessoas físicas teriam legitimidade para instaurar processo administrativo e que não havia necessidade de intimação prévia para apresentar provas ou contrapor argumentos. Por fim, visando “agilizar” a tramitação, delegou a um colega a competência para decidir eventual recurso administrativo.

À luz dos dispositivos legais dos Capítulos V a IX da Lei n. 9.784/1999, aponte qual das alternativas abaixo reflete corretamente a situação.

- (A) As associações apenas podem ser reconhecidas como interessadas quando se tratar de direitos difusos, sendo vedado pleitear interesses coletivos de natureza local, conforme a Lei n. 9.784/1999.
- (B) O servidor não estaria impedido de atuar, pois o parentesco com o presidente da associação não configura, por si só, hipótese de suspeição ou impedimento prevista em lei.
- (C) Não há irregularidade em delegar a decisão de recurso administrativo, pois a Lei n. 9.784/1999 não estabelece qualquer limitação quanto à delegação de competências.
- (D) A intimação para ciência de atos que possam impor restrição de direitos é dispensável, desde que o administrador indefira de imediato o requerimento, economizando tempo e custos.
- (E) A associação é parte legítima para instaurar o processo; o servidor encontra-se impedido de atuar por ser parente do presidente da entidade; e a decisão de recurso administrativo não pode ser objeto de delegação, por ser vedada pela lei.

23

O Município “Alfa” pretende adquirir 50 computadores de configuração padronizada (bens comuns de mercado) para atender a demanda da Secretaria de Educação. De acordo com o texto legal apresentado (Lei n. 14.133/2021), assinale qual a modalidade de licitação mais adequada para essa contratação.

- (A) Pregão, por se tratar de bens comuns, cujo critério de julgamento pode ser o de menor preço ou maior desconto.
- (B) Concorrência, pois é a única modalidade cabível para qualquer tipo de aquisição que exceda R\$ 200.000,00.
- (C) Concurso, pois a Administração deseja selecionar a melhor proposta técnica dentre os participantes, podendo conceder prêmio ao vencedor.
- (D) Leilão, pois se trata da venda de bens da Administração, ainda que não sejam inservíveis.
- (E) Diálogo competitivo, pois permite à Administração conduzir diálogos para desenvolver a melhor solução de compra.

24

Maria é servidora pública federal ocupante de cargo efetivo há apenas 1 (um) ano e 6 (seis) meses. Desejando iniciar um negócio próprio, protocolou requerimento solicitando licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem remuneração. Considerando o disposto na Lei n. 8.112/1990, marque qual deve ser a resposta da Administração.

- (A) O pedido deve ser concedido, pois ela cumpriu mais de 12 meses de exercício e a concessão independe de interesse público.
- (B) O pedido deve ser indeferido, pois ainda não completou o estágio probatório.
- (C) O pedido deve ser concedido, desde que o prazo máximo de afastamento seja de 2 (dois) anos consecutivos.
- (D) O pedido deve ser condicionado à apresentação de um plano de estudos que comprove o aproveitamento de sua licença.
- (E) O pedido deve ser imediatamente encaminhado ao Presidente da República para autorização final.

25

João foi nomeado para um cargo público federal de provimento efetivo, com o ato de nomeação devidamente publicado em Diário Oficial. Contudo, por motivos pessoais, ele não compareceu para tomar posse dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias.

Diante dessa situação, aponte qual deve ser a consequência legal, exclusivamente com base na Lei n. 8.112/1990.

- (A) João terá direito a iniciar o exercício a qualquer tempo, sem necessidade de nova publicação ou formalidade.
- (B) João ficará sujeito a processo administrativo disciplinar, mesmo sem ter tomado posse.
- (C) O ato de provimento será tornado sem efeito se João não tomar posse no prazo legal.
- (D) A Administração Pública deverá manter João como excedente até que surja nova vaga compatível.
- (E) A Administração Pública, automaticamente, exonerará João por abandono de cargo.

26

O Município “Gama” planeja contratar serviços de manutenção predial para vários edifícios públicos. Durante a fase preparatória, o servidor responsável pela elaboração do estudo técnico preliminar ficou em dúvida sobre quais são, no mínimo, os elementos obrigatórios a serem contemplados nesse estudo, segundo o disposto na Lei n. 14.133/2021.

Aponte qual das alternativas abaixo reflete corretamente o que a lei exige como conteúdo mínimo do estudo técnico preliminar.

- (A) O estudo técnico preliminar deve conter, no mínimo, a descrição da necessidade da contratação, as estimativas de quantidades, a estimativa do valor da contratação, a justificativa para o parcelamento ou não da contratação e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da solução para atendimento da necessidade.
- (B) O estudo técnico preliminar precisa conter somente a estimativa de preços e a previsão do contrato no plano de contratações anual, sendo que a descrição da necessidade do objeto é facultativa.
- (C) A lei não exige estudo técnico preliminar para a fase preparatória, bastando a elaboração de um termo de referência, pois a comprovação de necessidade pode ser feita de forma verbal.
- (D) É obrigatório que o estudo técnico preliminar contenha o plano de contratações anual, em anexo, e a comprovação de que já foram obtidas todas as licenças ambientais, mesmo antes da conclusão do projeto.
- (E) O estudo técnico preliminar deve apresentar unicamente a descrição de outras contratações correlatas, sem necessidade de se abordar problemas, soluções ou estimativas de preço e quantidade.

Noções Gerais de Direito e Formação**Humanística****Juliano Alves****27**

No contexto da atuação judicial, a eficácia do magistrado não se restringe ao conhecimento jurídico, mas envolve também habilidades e atitudes essenciais para a condução adequada dos processos e das relações no ambiente forense. Nesse sentido, as três dimensões principais do saber judicial são:

- (A) saber (conhecimento), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/conviver (atitudes).
- (B) conhecimento jurídico, decisão judicial e poder disciplinar.
- (C) direito material, direito processual e administração pública.
- (D) hermenêutica jurídica, princípios constitucionais e ética profissional.
- (E) dogmática jurídica, ativismo judicial e mediação de conflitos.

28

A Resolução n. 350/2020, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece diretrizes para a cooperação judiciária nacional, visando aprimorar a eficiência e a efetividade da prestação jurisdicional. Dentre os atos de cooperação previstos na norma, incluem-se:

- (A) comunicação processual, troca de informações, compartilhamento de infraestrutura e produção de provas.
- (B) assistência jurídica gratuita, delegação de competência jurisdicional e realização de audiências privadas entre magistrados.
- (C) edição de súmulas vinculantes, alteração de jurisprudência consolidada e compartilhamento de prerrogativas judiciais.
- (D) revisão de sentenças por tribunais estrangeiros, adoção de normas processuais uniformes e substituição de juízes em tribunais distintos.
- (E) criação de novas competências judiciais, alteração do regimento interno dos tribunais e revisão automática de decisões colegiadas.

29

A atuação judicial moderna exige não apenas a tomada de decisões nos processos individuais, mas também uma gestão eficiente do fluxo processual e da estrutura administrativa dos tribunais. Nesse contexto, os conceitos de Case Management e Court Management referem-se, respectivamente, a:

- (A) administração da estrutura física do tribunal e delegação de competências jurisdicionais.
- (B) gestão intraprocessual voltada à tramitação eficiente de um processo específico e administração organizacional dos tribunais.
- (C) coordenação de servidores do Poder Judiciário e definição de novas competências jurisdicionais.
- (D) controle da atividade jurisdicional pelo Conselho Nacional de Justiça e monitoramento da atuação dos tribunais superiores.
- (E) aplicação de inteligência artificial na análise de casos repetitivos e informatização dos serviços administrativos dos tribunais.

30

A Resolução n. 603/2024 do Conselho Nacional de Justiça regulamenta a permuta entre magistrados vinculados a tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do art. 93, VIII-B, da Constituição Federal de 1988. Sobre as regras estabelecidas pela norma, assinale a alternativa correta.

- (A) A permuta entre magistrados constitui direito subjetivo, devendo ser deferida sempre que houver requerimento de ambas as partes interessadas.
- (B) Magistrados vitaliciados e sem punições disciplinares podem solicitar a permuta independentemente da conveniência e oportunidade dos tribunais envolvidos.
- (C) A permuta é condicionada à análise de conveniência e oportunidade dos tribunais, não constituindo direito subjetivo dos magistrados.
- (D) Magistrados com menos de cinco anos para aposentadoria podem se candidatar à permuta, desde que atendam aos demais requisitos da resolução.
- (E) A permuta pode ser realizada entre qualquer magistrado de primeiro e segundo graus, desde que não haja acúmulo de processos no tribunal de origem.

31

Os processos estruturais são caracterizados por possuírem um procedimento flexível e bifásico, além de prezarem pela consensualidade e adaptação progressiva das decisões judiciais. Considerando as características desses processos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os processos estruturais possuem um rito procedimental fixo, sendo vedada qualquer flexibilização, conforme previsto expressamente no CPC.
- (B) A consensualidade é um aspecto irrelevante nos processos estruturais, pois as decisões sempre devem ser impostas unilateralmente pelo juiz.
- (C) Esses processos são utilizados exclusivamente no âmbito do direito penal, dada a necessidade de regras rígidas para garantir a segurança jurídica.
- (D) O processo estrutural se desdobra em duas fases: uma primeira voltada à identificação da desconformidade e à formulação da solução, e uma segunda voltada à implementação e fiscalização das medidas fixadas.
- (E) A fase inicial do processo estrutural se caracteriza pela imposição de regras de conduta rígidas e imutáveis, independentemente das mudanças de cenário ao longo do tempo.

32

De acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar n. 35/1979), assinale a alternativa correta sobre as prerrogativas dos magistrados.

- (A) O magistrado pode ser preso por qualquer autoridade policial, independentemente de ordem judicial, desde que a infração penal cometida seja considerada grave.
- (B) O magistrado pode ser intimado por qualquer autoridade administrativa para prestar esclarecimentos em processo administrativo disciplinar.
- (C) Em caso de prisão antes do julgamento final, o magistrado deve obrigatoriamente ser recolhido a cela comum, conforme previsto no Código Penal.
- (D) O magistrado, mesmo dotado de porte de arma de fogo por prerrogativa de função, deve cumprir os requisitos previstos para a aquisição de arma de fogo, seu registro e renovação do respectivo certificado, conforme definido no Estatuto do Desarmamento.
- (E) O magistrado não pode ser testemunha em processos judiciais ou administrativos, ainda que deseje prestar depoimento voluntariamente.

Direitos Humanos**Matheus Atalanio****33**

Durante uma conferência internacional, um diplomata brasileiro foi questionado sobre a política externa do país e os princípios que orientam suas relações com outras nações. Sem titubear, o diplomata brasileiro responde que a política externa brasileira busca consolidar a atuação do Brasil no cenário global de maneira coerente com os valores democráticos e os direitos humanos, conforme expressa previsão constitucional. Sobre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A independência nacional e a prevalência dos direitos humanos são princípios fundamentais da República, mas não se aplicam às relações internacionais.
- (B) O Brasil adota a não intervenção como princípio, mas permite interferência em assuntos internos de outros países quando há interesses econômicos estratégicos.
- (C) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político estão entre os princípios que orientam a política externa brasileira.
- (D) O repúdio ao terrorismo e ao racismo foi incluído na Constituição por meio de emenda constitucional posterior à sua promulgação.
- (E) A defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos internacionais são princípios que se aplicam apenas às relações com os países do Mercosul.

34

Nos últimos anos, os povos indígenas no Brasil têm enfrentado desafios persistentes que envolvem a proteção de seus direitos territoriais, culturais e sociais. Conflitos fundiários, pressões econômicas sobre terras indígenas, dificuldades na implementação da consulta prévia prevista na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e desafios no acesso a políticas públicas são apenas alguns dos obstáculos enfrentados por essas comunidades. Além disso, há um debate constante sobre a compatibilidade entre o modelo de desenvolvimento nacional e a preservação dos modos de vida tradicionais desses povos.

Sabendo que o Brasil ratificou a Convenção n. 169 da OIT, sobre os direitos dos indígenas no Brasil, pode-se afirmar que:

- (A) a Convenção estabelece que a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas é obrigatória apenas quando há deslocamento forçado de povos originários.
- (B) o direito dos povos indígenas de conservar suas formas próprias de organização social e política está previsto na Convenção e deve ser respeitado pelos Estados Partes.
- (C) a Convenção determina que o trabalho forçado é permitido no caso de indígenas que não possuam atividade econômica autônoma reconhecida pelo Estado.
- (D) o tratado limita os direitos culturais dos povos indígenas, impondo que seus costumes e tradições sejam compatíveis com os valores nacionais do país signatário.
- (E) a Convenção não reconhece o direito dos povos indígenas a manter suas próprias instituições jurídicas e sistemas de justiça comunitária.

35

Ao julgar um caso sobre a validade de uma norma interna em confronto com um tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa a hierarquia desse tratado no ordenamento jurídico brasileiro. Durante a fundamentação do voto, um dos ministros fez referência ao artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, que estabelece critérios específicos para a incorporação desses tratados. Você, renomado jurista, ao ser entrevistado(a) por um importante veículo de comunicação brasileiro, é indagado(a), com base no entendimento do STF, sobre a relação entre tratados internacionais, direitos humanos e o Brasil. Dentre as várias afirmações dos entrevistadores, apenas uma é correta. Assinale-a.

- (A) Todos os tratados internacionais ratificados pelo Brasil possuem automaticamente status de emenda constitucional.
- (B) O Brasil já aprovou quatro tratados internacionais de direitos humanos com o quórum do artigo 5º, § 3º, da CF, conferindo-lhes status de emenda constitucional.
- (C) A denúncia de um tratado de direitos humanos no Brasil pode ser feita exclusivamente pelo Presidente da República, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional.
- (D) Todos os tratados internacionais de direitos humanos têm status supralegal, independentemente do rito de aprovação.
- (E) O Supremo Tribunal Federal (STF) não reconhece hierarquia diferenciada para tratados internacionais de direitos humanos.

36

No âmbito das Nações Unidas, diversas normativas internacionais foram desenvolvidas para consolidar a proteção dos direitos humanos em nível global. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), embora não seja um tratado vinculante, inspirou dois documentos fundamentais: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Juntos, esses instrumentos formam a base do que se convencionou chamar de "Carta Internacional dos Direitos Humanos". Considerando as interações entre esses documentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A DUDH tem caráter vinculante e obriga os Estados a cumprirem suas disposições, sob pena de sanções internacionais.
- (B) O PIDCP protege direitos como liberdade de expressão e devido processo legal, enquanto o PIDESC estabelece direitos como moradia e segurança alimentar.
- (C) O PIDESC prevê mecanismos de sanção contra Estados que não implementam plenamente os direitos sociais e culturais.
- (D) A DUDH foi criada após os Pactos de 1966 e consolidou normas preexistentes de direitos humanos em nível internacional.
- (E) O PIDCP e o PIDESC são tratados internacionais, mas não fazem parte do sistema global de proteção dos direitos humanos.

37

A Teoria Geral dos Direitos Humanos é um campo do direito que busca compreender, sistematizar e explicar os princípios, características, fundamentos e evolução histórica dos direitos humanos. Trata-se de um conjunto de conceitos e normas que estruturaram a proteção dos direitos fundamentais em âmbito nacional e internacional. Você, jurista especializado(a) em direitos humanos, ao ser examinado(a) por uma banca de seleção para o concurso público dos seus sonhos, deve assinalar, dentre as afirmações abaixo, a única alternativa que está correta.

- (A) O termo "direitos do homem" refere-se a direitos reconhecidos exclusivamente por tratados internacionais, enquanto "direitos fundamentais" são aqueles positivados nas constituições nacionais.
- (B) A indivisibilidade dos direitos humanos significa que apenas os direitos civis e políticos são considerados essenciais.
- (C) A Magna Carta de 1215 é um dos primeiros documentos que limitaram o poder absoluto do monarca e reconheceram direitos fundamentais.

- (D) A teoria das gerações dos direitos humanos estabelece uma hierarquia entre os direitos, dando primazia aos direitos civis e políticos sobre os direitos sociais.
- (E) Os direitos de segunda geração surgiram com a Revolução Francesa e priorizam a liberdade individual e a participação política.

38

Diante do compromisso do Brasil com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e das decisões anteriores da Corte IDH, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, a Corte IDH determinou que a Lei da Anistia brasileira é compatível com a CADH.
- (B) No caso Ximenes Lopes vs. Brasil, a Corte IDH concluiu que não houve violação dos direitos da vítima, pois o hospital cumpriu os protocolos médicos.
- (C) A CIDH tem competência para julgar e sancionar diretamente Estados membros da OEA.
- (D) A Corte IDH determinou que o Estado brasileiro tem obrigação de investigar crimes de graves violações de direitos humanos, mesmo quando anistiados internamente.
- (E) A Corte IDH não tem competência para analisar casos individuais.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

39

Quanto aos deveres das partes e dos procurados, especialmente quanto ao pagamento de custas e gratuidade da justiça, analise as assertivas:

- I – A gratuidade da justiça não comprehende as despesas com a realização de exame de código genético – DNA.
- II – A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- III – O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

Estão corretas:

- (A) Somente I.
- (B) Somente II.
- (C) Somente III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) Todas estão corretas.

40

Sobre partes, cooperação e litisconsórcio no processo civil, analise as assertivas:

- I – Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, exceto o juiz, que deve ser imparcial.
- II – O requerimento de limitação de litisconsórcio interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solutionar.
- III – Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

Estão corretas:

- (A) Somente I.
- (B) Somente II.
- (C) Somente III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

41

Sobre incompetência absoluta e relativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência determinada em razão da matéria, do valor ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- (B) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- (C) A eleição de foro produz efeito quando constar de instrumento escrito ou verbal.
- (D) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- (E) Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação ou no curso do processo.

42

Sobre o princípio do contraditório no processo civil, conforme disposições do Código de Processo Civil e jurisprudência, analise as afirmativas a seguir:

- I – O CPC atual não aceita o contraditório diferido.
- II – O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- III – É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Estão corretas:

- (A) Somente a I.
- (B) Somente a II.
- (C) Somente a III.
- (D) II e III.
- (E) Todas estão corretas.

43

Sobre competência e conflito de competência no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o processo será extinto sem resolução de mérito.
- (B) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- (C) Há conflito negativo de competência quando existe controvérsia entre dois ou mais juízes acerca da separação de processos.
- (D) O juiz que não acolher a competência declinada será obrigado a suscitar o conflito de competência positivo.
- (E) O juiz que não acolher a competência e remeter o feito a outro juízo não suscitará conflito.

44

A competência indica a distribuição dos limites de atuação jurisdicional, com previsão no art. 42 do CPC de que “as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.” Sobre o tema, conforme o CPC e a jurisprudência, analise:

- I – Consoante entendimento do STJ, a alteração de competência de natureza absoluta constitui exceção ao princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, aplicando-se a regra aos casos de competência relativa.
- II – A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- III – No caso do Estado ser autor de ação, essa deverá ser proposta no foro do domicílio do réu ou no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda.

Estão corretas:

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.
- (E) Nenhuma.

45

O juiz Carlos, quando atuava como magistrado de primeira instância, julgou processo contra uma empresa no qual proferiu decisão condenatória. Após ser promovido, recebeu recurso da empresa. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz Carlos está impedido de atuar no novo processo, pois já conheceu da causa em outro grau de jurisdição e proferiu decisão.
- (B) O juiz não está impedido, pois a decisão proferida anteriormente foi individual, e não colegiada.
- (C) A hipótese trata de suspeição, e não de impedimento.
- (D) O impedimento não ocorreria se o juiz tivesse julgado procedente a ação.
- (E) O juiz só estaria impedido se tivesse atuado como advogado da parte antes de ingressar na magistratura.

46

Em 2018, em um processo de indenização por danos morais, o tribunal proferiu uma sentença definitiva a favor da parte ré, a qual transitou em julgado. Em 2019, a parte autora constatou que a decisão havia sido fundamentada em prova documental adulterada, o que, segundo sua tese, teria alterado o convencimento do juízo. Em razão disso, a autora ingressa com uma ação rescisória visando desconstituir a sentença. Com base nessa situação e no disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta quanto aos requisitos e prazo para a propositura dessa ação:

- (A) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda.
- (B) Nesse caso, a ação rescisória deve ser proposta no prazo de 2 anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão rescindenda.
- (C) O prazo para a propositura da ação rescisória é de 2 anos, contado da data em que a decisão foi publicada.
- (D) Se o juiz verificar no caso situação que autorize a improcedência liminar da ação, assim poderá estar procedendo, ainda que se trate de ação rescisória.
- (E) Cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvérida nos tribunais.

47

Em um processo de usucapião de imóvel, o juiz determinou a publicação de edital para dar ciência de terceiros que possam ter interesse na ação. Considerando o disposto no art. 259 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta corretamente todas as hipóteses em que a publicação de edital é obrigatória:

- (A) Na ação de usucapião de imóvel; na ação de recuperação ou substituição de título ao portador; e em qualquer ação em que seja necessária, por determinação legal, a provocação para participação no processo de interessados incertos ou desconhecidos.
- (B) Somente na ação de usucapião de imóvel e na ação de recuperação ou substituição de título ao portador, independentemente de haver interessados incertos.
- (C) Exclusivamente na ação de usucapião de imóvel, pois as demais intimações devem ocorrer por meio eletrônico.
- (D) Na ação de usucapião de imóvel e em qualquer ação que envolva a participação de terceiros, desde que o juiz entenda que isso possa colaborar para o deslinde da controvérsia.
- (E) Apenas na ação de recuperação ou substituição de título ao portador, sendo que em ações de usucapião o edital é facultativo.

48

Durante a tramitação de um processo de execução fiscal, um tribunal estadual proferiu decisão determinando a penhora de determinado bem. No entanto, a decisão contrariava expressamente um enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) que vedava a constrição desse tipo de bem em processos de execução. Diante dessa situação, a parte interessada pretende apresentar reclamação para garantir a aplicação correta da tese jurídica firmada pelo STF.

Com base no disposto no art. 988 do CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A reclamação pode ser proposta para preservar a competência do tribunal, mas não para garantir a observância de Súmula Vinculante do STF.
- (B) A reclamação é cabível para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante do STF, desde que a decisão reclamada ainda não tenha transitado em julgado.
- (C) A reclamação não pode ser utilizada nesse caso, pois se trata de matéria processual e não constitucional.
- (D) É vedado a terceiros interessados impugnar o pedido do reclamante.
- (E) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.

49

Em um processo envolvendo controvérsia contratual, o Superior Tribunal, em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, firmou um entendimento que passou a integrar a *ratio decidendi* de suas decisões acerca do tema, impondo aos juízes inferiores a aplicação de determinado critério para a interpretação das cláusulas contratuais controvertidas. Sobre precedentes no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O *overriding* consiste na revogação de um precedente por outro. É o meio pelo qual um tribunal promove a superação de uma norma criada em um anterior caso julgado mediante a elaboração de uma nova tese jurídica construída no precedente revogador, que passa, então, a disciplinar certa situação fático-jurídica.
- (B) Precedente é a parte da decisão que se torna uma regra de julgamento para outros casos. Nessa linha de raciocínio, a *ratio decidendi* é a regra sobreposta aos fatos do caso, o direito. De outro lado, a *obiter dictum* são as argumentações utilizadas para se chegar à decisão e fazem parte do fundamento jurídico dela.

(C) A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

(D) As cortes não evitam aplicar o *overruling*, ainda que impacte na previsibilidade.

(E) Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias jurídicas dos precedentes que motivaram sua criação.

50

Em um processo cível, a parte autora ingressa com pedido de tutela da evidência fundamentado nos seguintes argumentos:

1. O réu tem abusado do direito de defesa, utilizando-se de artifícios protelatórios para atrasar o andamento processual.
2. As alegações de fato podem ser comprovadas exclusivamente por meio de documentos irrefutáveis.
3. Trata-se de um pedido reipersecatório, com prova documental adequada de um contrato de depósito, de forma que se requer a imediata ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
4. A petição inicial está acompanhada de prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, e o réu não apresenta qualquer prova capaz de gerar dúvida razoável.

Considerando o disposto no art. 311 do CPC, que prevê a concessão da tutela da evidência, assinale a alternativa correta quanto à possibilidade de concessão liminar.

- (A) A decisão liminar é cabível apenas com base no argumento de item 1.
- (B) A decisão liminar é cabível apenas no caso do item 2.
- (C) A decisão liminar é cabível apenas nos casos do item 2 e 3.
- (D) A decisão liminar é cabível apenas no caso do item 3.
- (E) A decisão liminar é cabível nas hipóteses descritas nos itens 3 e 4.

Direito Civil**Maryanne Abreu****51**

- Com base no Código Civil, assinale a alternativa incorreta sobre a tomada de decisão apoiada.
- Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contrassinem o contrato ou acordo.
 - O apoiado pode escolher no máximo um apoiador, que será responsável por tomar todas as suas decisões patrimoniais e pessoais, sem necessidade de consulta prévia ao apoiado.
 - A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.
 - Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deve-rá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.
 - O apoiado pode contestar decisões tomadas por seus apoiadores.

52

- Acerca dos princípios que regem os contratos, assinale a alternativa correta.
- A função social do contrato é monofuncional.
 - O princípio da equivalência material busca realizar e preservar o equilíbrio real de direitos e deveres no contrato apenas antes e durante a sua execução.
 - O princípio da autonomia da vontade assegura que as partes podem estipular livremente o conteúdo do contrato, independentemente de qualquer limitação.
 - O princípio da boa-fé objetiva deve levar o credor a evitar o agravamento do próprio prejuízo.
 - Entende-se por função social do contrato a obrigação das partes entenderem a prevalência do interesse público sobre o privado.

53

- Com base no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta sobre os defeitos do negócio jurídico.
- O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
 - O erro não é considerado um vício do consentimento, pois a lei presume que as partes sempre agem de forma diligente ao celebrar um negócio jurídico.

- A coação somente anula o negócio jurídico se for exercida por uma das partes contratantes, sendo irrelevante quando praticada por terceiros.
- Ainda que oferecido suplemento suficiente, é anulável o negócio realizado quando uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- São nulos os negócios jurídicos por dolo, quando este for a sua causa.

54

- Com base nas disposições do Código Civil sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.
- A prescrição e a decadência possuem os mesmos efeitos jurídicos, pois ambas extinguem o direito material, impedindo sua exigibilidade em juízo.
 - Os prazos prespcionais podem ser alterados por vontade das partes.
 - A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
 - Se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
 - Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência.

55

- Acerca da usucapião aponte o item incorreto nos termos do Código Civil e da Jurisprudência dos Tribunais Superiores:
- O confinante certo deve ser citado pessoalmente para a ação de usucapião.
 - O usucapião pode ser arguido em tese de defesa.
 - A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.
 - O termo inicial da prescrição aquisitiva é o do exercício da posse *ad usucaptionem*, não da ciência do titular do imóvel da violação ao seu direito de propriedade, ainda que constatada somente após ação demarcatória.
 - A usucapião familiar é assegurada àquele que exerce posse ininterrupta por cinco anos sobre imóvel urbano com área não superior a 250 m², cuja propriedade dividia com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia e de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

56

Daniel tentou resolver a questão amigavelmente, mas Carlos afirma que sua atividade é lícita e regular. Diante dos transtornos, Daniel ajuizou ação de obrigação de não fazer a fim de cessar as interferências prejudiciais ao seu sossego.

Com base no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta sobre a hipótese apresentada.

- (A) Daniel não tem fundamento jurídico para impedir a atividade de Carlos, pois o direito de propriedade garante a livre utilização do imóvel.
- (B) É possível que Daniel apresente demanda judicial pleiteando a cessação ou redução dos incômodos causados pela atividade do seu vizinho, pois o Código Civil estabelece que o proprietário ou possuidor deve usar seu imóvel de maneira a não causar prejuízos aos vizinhos, nos termos do princípio da função social da propriedade.
- (C) Por ser lícita a atividade desenvolvida por Carlos, ele não pode ser obrigado a alterar seu funcionamento, cabendo a Daniel se adaptar e buscar alternativas para minimizar os impactos de tal atividade na sua vida privada.
- (D) O Código Civil não regula conflitos de vizinhança, cabendo ao município legislar sobre essa matéria.
- (E) Tratando-se de atividade lícita, é vedado a Daniel postular a redução dos transtornos causados pelo seu vizinho.

57

Bruno e Luana decidiram se casar e optaram pelo regime da comunhão parcial de bens. Apesar de alguns anos de casamento, Luana recebeu uma herança deixada por sua mãe, enquanto Bruno adquiriu um imóvel com os recursos provenientes do seu trabalho. Posteriormente, o casal passou por uma crise conjugal, e Luana solicitou a anulação do casamento sob a alegação de que Bruno omitiu, antes da celebração, uma grave doença que poderia comprometer a vida conjugal.

Com base no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) No regime da comunhão parcial de bens, tanto a herança recebida por Luana quanto o imóvel adquirido por Bruno integram o patrimônio comum do casal, devendo ser partilhados igualmente em caso de divórcio.
- (B) Os impedimentos em relação ao casamento podem ser opostos, até a habilitação do casamento, por qualquer pessoa capaz.

- (C) O regime da comunhão parcial de bens estabelece que os bens adquiridos por qualquer um dos cônjuges a título oneroso durante o casamento são comuns, exceto aqueles recebidos por herança ou doação, que permanecem como patrimônio individual.
- (D) O Código Civil prevê que o casamento pode ser anulado a qualquer tempo caso um dos cônjuges comprove que foi induzido a erro sobre as qualidades essenciais do outro.
- (E) O imóvel adquirido por Bruno com seu trabalho será excluído da partilha, pois pertence exclusivamente a ele, independentemente do regime de bens adotado, em caso de divórcio.

58

Acerca do direito obrigacional no Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Se a dívida solidária interessar exclusivamente a um dos devedores, responderá este por toda ela para com aquele que pagar.
- (B) A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- (C) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- (D) Nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.
- (E) Nas obrigações de dar coisa certa, os frutos percebidos e pendentes cabem ao credor.

59

Com base no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta sobre os direitos da personalidade:

- (A) Os direitos da personalidade podem ser transmitidos aos herdeiros, que passam a exercer os mesmos direitos do falecido em relação à sua honra, imagem e vida privada.
- (B) Os direitos da personalidade foram regulados de forma exaustiva pelo Código Civil.
- (C) O exercício dos direitos da personalidade, desde que não seja permanente nem geral, pode sofrer limitação voluntária.
- (D) O pseudônimo adotado, seja para qualquer fim, goza da proteção que se dá ao nome.
- (E) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, não sendo possível a revogação do ato.

60

- É correto afirmar sobre o contrato de doação:
- A doação far-se-á sempre por escritura pública.
 - Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, ainda que se trate de doação com encargo.
 - É nula a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.
 - O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.
 - É vedada a doação verbal.

61

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa incorreta sobre o instituto da adoção:

- É vedada a adoção por procuração.
- A adoção atribui à criança ou ao adolescente a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com a família biológica, salvo os impedimentos matrimoniais.
- O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.
- A diferença etária mínima de 16 anos entre adotante e adotado, prevista no art. 42, § 3º, do ECA, não é absoluta.
- A desistência de adoção de criança na fase do estágio de convivência sempre configura abuso de direito.

62

Com base no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), assinale a alternativa correta.

- À pessoa idosa internada, ainda que em observação, é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 70 (setenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
- O Estatuto do Idoso veda expressamente a concessão de gratuidade no transporte público urbano para idosos com idade inferior a 70 anos.
- É dever da família prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa.
- À pessoa idosa, ainda que não esteja no domínio de suas faculdades mentais, é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Direito Empresarial

Edilson Enedino

63

A desconsideração da personalidade jurídica é tema que tem visitado reiteradamente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Dentre outras decisões reiteradas, aquele Tribunal tem entendido que:

- Para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica, não é necessário demonstrar quais medidas ou ingerências, em concreto, foram capazes de transferir recursos de uma empresa para outra, ou demonstrar o abuso ou desvio da finalidade em detrimento da empresa prejudicada.
- O art. 82-A da Lei n. 11.101/2005 aplica os princípios da universalidade e da indivisibilidade do Juízo falimentar, ao atribuir-lhe competência para desconsiderar a personalidade jurídica.
- O art. 82-A da Lei n. 11.101/2005 confere ao Juízo falimentar competência exclusiva para reconhecer a responsabilidade solidária de sócios e de terceiros pelas dívidas da massa falida, sem a necessidade de desconsiderar a personalidade jurídica.
- O tipo de relação comercial ou societária travada entre empresas, ou mesmo a existência de grupo econômico, é suficiente para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica.
- O art. 82-A da Lei n. 11.101/2005 não confere ao Juízo falimentar competência exclusiva para desconsiderar a personalidade jurídica.

64

O Superior Tribunal de Justiça, ao abordar os institutos da resolução, dissolução, apuração de haveres e liquidação societária, tem decidido que:

- As disposições do art. 602 do CPC/2015, que tratam da dissolução parcial da sociedade, se mostram compatíveis à hipótese de dissolução total da empresa.
- Sob a égide do Código Civil de 1916, na apuração de haveres decorrentes de dissolução parcial de sociedade, os juros de mora devem incidir a partir da efetiva retirada do sócio dela.
- As disposições do art. 602 do CPC/2015, que tratam da dissolução total da sociedade, se mostram compatíveis à hipótese de dissolução parcial da empresa.
- Sob a égide do Código Civil de 1916, na apuração de haveres decorrentes de dissolução parcial de sociedade, os juros de mora devem incidir a partir da publicação do balanço de determinação dos haveres devidos ao sócio retirante.
- As disposições do art. 602 do CPC/2015 tratam tanto da dissolução parcial da sociedade quanto da dissolução total da empresa.

65

- O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o sistema recursal falimentar, adota o seguinte entendimento:
- O credor pode desistir de agravo de instrumento interposto contra sentença que homologou o plano de recuperação judicial, salvo se as questões nele veiculadas sejam de ordem pública.
 - O credor pode desistir de agravo de instrumento interposto contra sentença que homologou o plano de recuperação judicial, salvo se as questões nele veiculadas sejam de interesse da coletividade dos credores da empresa em recuperação judicial.
 - O credor pode desistir de agravo de instrumento interposto contra sentença que homologou o plano de recuperação judicial, ainda que as questões nele veiculadas sejam de ordem pública e de interesse da coletividade dos credores da empresa em recuperação judicial.
 - O credor não pode desistir de agravo de instrumento interposto contra sentença que homologou o plano de recuperação judicial.
 - O credor pode desistir de agravo de instrumento interposto contra sentença que homologou o plano de recuperação judicial, salvo se as questões nele veiculadas sejam de ordem pública e de interesse da coletividade dos credores da empresa em recuperação judicial.

66

Sobre os credores atingidos e os excluídos da recuperação judicial, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- Os encargos condominiais, mesmo que anteriores à recuperação, são créditos concursais que se sujeitam à habilitação e à suspensão determinada pela Lei de Falências, competindo ao juízo da falência a competência para processar os atos de alienação de bem imóvel para satisfazer dívida condominial.
- Se a dívida originária à qual está atrelada a carta de fiança é anterior ao pedido de recuperação judicial, o crédito não está submetido aos seus efeitos, não importando a data em que se tornou exigível.
- Os encargos condominiais, mesmo que anteriores à recuperação, são créditos extraconcursais que não se sujeitam à habilitação, nem à suspensão determinada pela Lei de Falências, competindo ao juízo da ação de cobrança a competência para processar os atos de alienação de bem imóvel para satisfazer dívida condominial.
- Os valores devidos ao credor do adiantamento de contrato de câmbio sujeitam-se aos efeitos da recuperação judicial.
- Os encargos condominiais, mesmo que anteriores à recuperação, são créditos extraconcursais que não se sujeitam à habilitação, nem à suspensão determinada pela Lei de Falências, competindo ao juízo da recuperação a competência para processar os atos de alienação de bem imóvel para satisfazer dívida condominial.

67

Ante as inovações trazidas pelo CPC/2015, frente às regras processuais especiais que regem alguns contratos mercantis, o Superior Tribunal de Justiça concluiu que:

- No procedimento especial da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969, incide a obrigatoriedade da prévia audiência de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil, resultando sua ausência em nulidade.
- No procedimento especial da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969, a obrigatoriedade da prévia audiência de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil é compatível com o processo de consolidação da propriedade daquela norma especial.
- No procedimento especial da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969, não incide a obrigatoriedade da prévia audiência de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil, não resultando sua ausência em nulidade.
- No procedimento especial da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969, a análise da conveniência da prévia audiência de conciliação, prevista no art. 334 do Código de Processo Civil, compete ao juiz da causa e às circunstâncias do caso concreto.
- No procedimento especial da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969, incide a obrigatoriedade da prévia audiência de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil, mas sua ausência não resulta em nulidade.

68

O Superior Tribunal de Justiça tem analisado diversos conflitos de competência entre juízos comuns e especializados, de um lado, e o juiz falimentar ou recuperacional, do outro. Dentre os diversos posicionamentos adotados, podemos destacar o seguinte:

- (A) As sociedades e empresários em recuperação judicial são isentos do depósito garantidor do juízo na Justiça do Trabalho na fase executória.
- (B) Compete ao Juízo fazendário dispor sobre os bens da massa falida e dos seus sócios sujeitos a medidas assecuratórias no Juízo criminal.
- (C) As sociedades e empresários em recuperação judicial são isentos do depósito garantidor do juízo na Justiça do Trabalho na fase de liquidação.
- (D) Compete ao próprio Juízo criminal dispor sobre os bens da massa falida e dos seus sócios sujeitos a medidas assecuratórias naquele Juízo criminal.
- (E) Compete ao juízo falimentar a execução de contribuições previdenciárias decorrentes de sentença proferida pela Justiça do Trabalho e devidas por sociedade falida.

Direito Penal

Vitor Falcão

69

Paulo e José, um sem saber da vontade do outro, realizam atos executórios para matar Damião. Paulo ministrou veneno para a vítima. Após, com a vítima ainda viva, José desferiu um disparo certeiro na cabeça da vítima, com emprego de uma arma de fogo de uso restrito, causando sua morte imediata. Assim, assinale a correta tipificação dos crimes cometidos respectivamente por Paulo e José :

- (A) tentativa de homicídio com emprego de veneno e homicídio qualificado consumado.
- (B) tentativa de homicídio simples e homicídio qualificado consumado.
- (C) homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- (D) homicídio com emprego de veneno e tentativa de homicídio simples.
- (E) homicídio simples com emprego de veneno e homicídio simples consumado.

70

Segundo a mitologia grega, Procusto era um personagem que habitava as montanhas de Elêusis, convidando os viajantes que encontrava pelo caminho para que repousassem em sua casa, oferecendo uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, para que se deitassem.

Para chegar ao seu intento, Procusto observava o hóspede e, se ele fosse menor que a cama, amarrava seus membros e os esticava até produzir a morte do viajante. Por outro lado, se a vítima fosse maior que o leito, esta era esticada por Procusto até ter o tamanho da cama. De qualquer forma, a vítima era morta sob o pretexto de adequá-la ao tamanho do leito.

Na verdade, nenhuma vítima se ajustava exatamente ao tamanho da cama de Procusto. Isso porque, o grande segredo de Procusto consistia em possuir duas camas de tamanhos diferentes. Quando a vítima dormia, o plano o homicídio procustiano acontecia.

Nos termos do Código Penal, o comportamento de Procusto enseja o reconhecimento da qualificadora:

- (A) mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
- (B) por motivo fútil.
- (C) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.
- (D) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.
- (E) para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

71

A divisão de responsabilidade entre o Estado e o agente que cometeu o delito em razão de omissão daquele na tutela e promoção de direitos fundamentais, conduzindo este agente ao caminho da criminalidade. É importante instrumento de justiça social, com fundamento basilar na dignidade da pessoa humana, reconhecendo que fatores socioeconômicos, dentro de uma sociedade visivelmente desigual, influenciam na conduta do agente, que posto em juízo necessita tratamento diferenciado no que tange a culpa exclusiva pelo ato delituoso. (MOURA, 2006, RJ – Impetus).

O texto precedente apresenta a ideia central da teoria denominada

- (A) imputação objetiva.
- (B) cocalpabilidade.
- (C) tipicidade conglobante.
- (D) elementos negativos do tipo.
- (E) “actio libera in causa”.

72

Idealizada por Franz von Liszt e Ernst von Beling, predominou no sistema causal. A culpabilidade consiste na relação psíquica entre o autor e o resultado, na forma de dolo ou culpa. A culpabilidade se confunde com o dolo e a culpa, sendo seu único pressuposto a imputabilidade. Já que a culpabilidade é o elemento valorativo do conceito de crime causalista, o dolo será denominado dolo normativo.

Esses fundamentos se relacionam com a seguinte teoria da culpabilidade:

- (A) psicológica da culpabilidade.
- (B) cocalpabilidade.
- (C) psicológico-normativa.
- (D) extremada da culpabilidade.
- (E) limitada da culpabilidade.

73

No carnaval de Salvador, Vitor, após um desentendimento com Lucas, estando sob efeitos do álcool por conta de uma embriaguez voluntária, visando lesionar Lucas, desferiu um soco em seu rosto, o que ocasionou a queda de Lucas, fazendo-o chocar-se contra o meio-fio da calçada, onde bateu a cabeça, vindo a óbito. No exame pericial, constatou-se que a causa da morte foi hemorragia encefálica em razão da ruptura de um aneurisma cerebral, patologia desconhecida por todos.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STJ, a conduta de Alberto configura

- (A) fato atípico.
- (B) lesão corporal de natureza grave.
- (C) lesão corporal seguida de morte.
- (D) homicídio culposo.
- (E) lesão corporal simples.

74

Pedro, policial militar, em policiamento ostensivo, visando reprimir o tráfico de drogas na região, deu ordem legal de parada ao veículo dirigido por Túlio, que tinha acabado de praticar um roubo. Mesmo recebendo a ordem de parada do policial, Túlio saiu em fuga, mas foi alcançado e preso.

Na situação hipotética apresentada, conforme o entendimento do STJ, Marcos praticou

- (A) roubo, apenas.
- (B) roubo em concurso com o crime de desacato.
- (C) roubo em concurso com o crime de resistência.
- (D) roubo em concurso com o crime de desobediência.
- (E) roubo majorado.

75

Juca, durante a madrugada, após arrombar o cadeado da casa de Sílvia, entrou na sua residência e subtraiu diversos bens. Após, quando estava colocando os bens no seu veículo para empreender fuga, foi abordado e preso pela polícia militar.

Juca deverá responder por:

- (A) furto simples com a causa de aumento relativa ao repouso noturno.
- (B) furto qualificado.
- (C) furto qualificado com causa de aumento relativa ao repouso noturno.
- (D) tentativa de furto, pois não teve a posse mansa e pacífica do bem, com causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno.
- (E) tentativa de furto qualificado pelo rompimento do obstáculo, com causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno.

76

Adotando-se um conceito finalista de conduta, conduta é movimento humano voluntário dirigido a produção de um resultado. Assim, afastando-se a voluntariedade da conduta, afasta-se o próprio fato típico por ausência de conduta.

Assim, dentre as causas abaixo, aponte a que não exclui a conduta penalmente relevante:

- (A) Coação física irresistível.
- (B) Atos reflexos
- (C) Condutas culposas.
- (D) Sonambulismo.
- (E) Caso fortuito ou força maior.

77

Pedro, dominado pela violenta emoção, realiza dois disparos de arma de fogo contra Paulo, após ser injustamente provocado. Ocorre que, durante o disparo, Pedro se desequilibra, erra o tiro e atinge Violeta, uma senhora de 70 anos, que vem a falecer. Diante dos fatos narrados, Pedro:

- (A) agiu amparado pela legítima defesa.
- (B) responderá por tentativa de homicídio privilegiado.
- (C) responderá por homicídio privilegiado consumado.
- (D) responderá por homicídio privilegiado tentado contra Paulo e homicídio culposo contra Violeta.
- (E) responderá por homicídio privilegiado consumado contra Violeta, majorado por ser a vítima maior de 60 anos.

78

Hades, durante uma discussão com Teseu, desfere um soco em sua boca, ocasionando a perda de três dentes. Segundo laudo pericial, Teseu ficou com a função mastigatória debilitada de maneira permanente. Diante do exposto, Hades deverá ser responsabilizado criminalmente por:

- (A) lesão corporal gravíssima.
- (B) lesão corporal leve.
- (C) lesão corporal grave por incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias.
- (D) lesão corporal grave por perda ou inutilização de membro, sentido ou função.
- (E) lesão corporal grave por debilidade permanente de membro, sentido ou função.

79

Brutus e sua filha estavam caminhando pela rua quando foram surpreendidos com a chegada de um cachorro de grande porte, que havia se soltado da coleira, correndo na direção deles. Ao perceber que o cão começaria o ataque contra sua filha, Brutus sacou sua arma e disparou contra o animal, o matando.

Considerando essa situação hipotética, Pedro agiu em

- (A) legítima defesa de terceiro, excluindo a culpabilidade da conduta.
- (B) legítima defesa de terceiro, excluindo a ilicitude da conduta.
- (C) legítima defesa de terceiro, excluindo a tipicidade da conduta.
- (D) estado de necessidade, excluindo a culpabilidade da conduta.
- (E) estado de necessidade, excluindo a ilicitude da conduta.

80

Durante uma discussão, Arthur chamou Pietro, um homem italiano, de “escravista cabeça branca europeia” visando ofender sua honra. Assim, Paulo poderá ser denunciado por:

- (A) injúria qualificada.
- (B) racismo.
- (C) injúria simples.
- (D) injúria majorada.
- (E) fato atípico.



Exame Nacional da Magistratura
1º Simulado
3ª Edição (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	C	C	C	E	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	C	C	C	C	C	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	E	A	B	C	A	A	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	C	B	B	B	C	D	D	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	D	E	A	A	D	A	B	C	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	D	A	C	E	B	C	E	C	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
E	A	E	A	C	C	C	E	A	D
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	A	E	D	B	C	C	E	E	C



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com pinguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

Contato para vendas:

WhatsApp (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora

Direito Constitucional**Samuel Marques****1**

Uma entidade de classe denominada Y, que possui atuação em 13 estados da federação, ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com o objetivo de impugnar leis complementares municipais n. G, n. R e n. A, editadas pelos municípios N, C e O. As normas mencionadas foram elaboradas com o propósito de estabelecer um acordo federativo para a criação de uma região metropolitana entre esses municípios.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A entidade de classe não possui legitimidade para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- (B) As leis municipais em questão são constitucionais, pois a competência para instituir regiões metropolitanas pertence aos municípios.
- (C) A via adequada para impugnar tais normas seria a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, desde que demonstrada a pertinência temática.
- (D) A entidade de classe pode ajuizar a ADI sem necessidade de comprovar pertinência temática em relação às normas impugnadas.
- (E) Para ajuizar a ação, a entidade de classe não necessita de representação por advogado, em razão de sua capacidade postulatória.

Letra c.

Assunto abordado: Controle de Constitucionalidade. Organização do Estado

- (A) Errada. Para que uma entidade de classe tenha legitimidade para propor uma ADI, é necessário que possua representatividade em, no mínimo, um terço dos estados da federação (9 estados e o Distrito Federal), conforme entendimento do STF na ADI 3287.
- (B) Errada. O artigo 25, § 3º, da Constituição Federal, estabelece que a criação de regiões metropolitanas é de competência dos estados, e não dos municípios.
- (C) Certa. Leis municipais não podem ser objeto de ADI perante o STF, conforme o artigo 102, I, "a", da Constituição Federal. No caso, a via processual adequada seria a ADPF, desde que demonstrada a pertinência temática.
- (D) Errada. As entidades de classe de âmbito nacional são legitimadas especiais para ações de controle de constitucionalidade, sendo exigida a comprovação de pertinência temática em relação ao objeto da ação.
- (E) Errada. De acordo com o STF (ADI 127), entidades de classe não possuem capacidade postulatória própria, sendo indispensável a atuação de advogado para ajuizamento da ADI.

2

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) representam uma expressão do poder investigativo do Legislativo, sendo criadas para apurar fatos relevantes para a administração pública. Essas comissões exercem um papel fiscalizador, reunindo informações, colhendo depoimentos e analisando documentos, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades que possam ter repercussões jurídicas, políticas ou sociais.

Com base na disciplina constitucional das CPIs, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança é meio adequado para contestar relatório parcial produzido por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (B) As CPIs possuem autorização legal para encaminhar seus relatórios detalhados não apenas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, mas também a outros órgãos públicos.
- (C) A instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados depende de autorização discricionária de seu presidente, mesmo quando preenchido o requisito de um terço dos deputados.
- (D) Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito indicar os investigados quando houver indícios da prática de infrações penais.
- (E) Caso uma CPI conclua que um investigado cometeu crime, ela deve promover diretamente sua responsabilização perante o Poder Judiciário.

Letra b.

Assunto abordado: Poder Legislativo. Comissão Parlamentar de Inquérito

- (A) Errada. O STF, no julgamento do MS 25991, firmou o entendimento de que o mandado de segurança não pode ser utilizado para questionar relatórios parciais de CPIs, pois estas devem apresentar conclusões definitivas, conforme o § 3º do artigo 58 da Constituição Federal.
- (B) Certa. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 35216, reconheceu que as CPIs têm autorização para encaminhar seus relatórios circunstanciados a diversos órgãos públicos, além do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União, podendo incluir documentação relevante para a instauração de investigações criminais.
- (C) Errada. O STF, no MS 37760, estabeleceu que a criação de CPIs não está sujeita à discricionariedade do presidente da Casa Legislativa nem do seu plenário, devendo ser instalada sempre que preenchidos os requisitos constitucionais, em respeito ao princípio da minoria parlamentar.
- (D) Errada. O indiciamento é um ato exclusivo da autoridade policial, conforme dispõe o artigo 2º, § 6º, da Lei n. 12.830/2013. O papel das CPIs é o de investigação, e não de atribuição formal de indiciamento a investigados.
- (E) Errada. O artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, determina que as conclusões das CPIs devem ser encaminhadas ao Ministério Público, que é o órgão responsável por tomar as providências cabíveis para eventual responsabilização dos envolvidos.

3

O Estado "X" sancionou uma lei estadual que concedia porte de arma de fogo aos procuradores estaduais, justificando a medida com base nas atividades desempenhadas por esses profissionais. Diante disso, a União propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que a norma estadual afrontava a competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico.

Com base na jurisprudência do STF e nas normas constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- (A) A norma estadual é compatível com a Constituição, pois os estados possuem competência legislativa em matéria de segurança pública, o que inclui a regulamentação do porte de armas para servidores estaduais.
- (B) A norma estadual é inconstitucional, pois a regulamentação do porte de armas está vinculada ao direito penal, cuja competência legislativa pertence exclusivamente à União.
- (C) A norma estadual é inconstitucional, pois a regulamentação do porte de armas é disciplinada pelo Código Penal, cuja normatização cabe exclusivamente à União.
- (D) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que o artigo 22, inciso XXI, da Constituição Federal, atribui à União competência privativa para legislar sobre material bélico, categoria na qual se incluem as armas de fogo.
- (E) A norma estadual é constitucional, desde que obedeça às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto do Desarmamento, cuja competência legislativa é compartilhada entre União e estados.

Letra d.**Assunto abordado:** Organização do Estado

(A) Errada. A segurança pública é de competência dos estados, mas a regulamentação do porte de armas se insere na categoria de material bélico, cuja legislação é de competência exclusiva da União, conforme entendimento do STF na ADI 6974.

(B) Errada. A legislação sobre porte de armas não se insere na esfera do direito penal, mas sim na competência da União para legislar sobre material bélico, conforme o artigo 22, inciso XXI, da Constituição Federal.

(C) Errada. O porte de armas não é disciplinado pelo Código Penal, mas sim por legislação específica, como o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), cuja regulamentação compete exclusivamente à União.

(D) Certa. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que normas estaduais que tratam de porte de armas são inconstitucionais, pois a matéria é de competência privativa da União, conforme previsto no artigo 22, inciso XXI, da Constituição Federal.

(E) Errada. O Estatuto do Desarmamento é uma norma federal e sua regulamentação não pode ser compartilhada com os estados, uma vez que trata de material bélico, matéria de competência exclusiva da União.

4

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor propôs aos alunos uma discussão sobre o conceito de mutação constitucional e como ele se manifesta no ordenamento jurídico brasileiro.

Com base nessa situação e no conceito de mutação constitucional, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) A mutação constitucional ocorre exclusivamente por meio de emendas constitucionais, que alteram o texto da Constituição de acordo com o procedimento previsto no artigo 60 da Constituição Federal.
- (B) A mutação constitucional implica necessariamente a modificação do texto da Constituição, para que ele possa se adequar às novas realidades sociais.
- (C) A mutação constitucional é um processo informal de alteração do sentido e alcance das normas constitucionais, sem que haja modificação do texto constitucional, e ocorre por meio da interpretação dada pelos órgãos competentes, como o Supremo Tribunal Federal.
- (D) A mutação constitucional somente ocorre em países que adotam uma Constituição flexível, em que as normas podem ser alteradas com mais facilidade.
- (E) A mutação constitucional não tem validade jurídica no Brasil, pois a Constituição deve ser interpretada de forma rígida e literal, conforme o texto originalmente aprovado pelo Poder Constituinte.

Letra c.**Assunto abordado:** Poder Constituinte. Mutação Constitucional

A mutação constitucional refere-se a uma mudança no entendimento e aplicação das normas constitucionais sem que haja alteração na materialidade do texto da Constituição. Esse processo ocorre quando os intérpretes autorizados, como o Supremo Tribunal Federal, reavalam o sentido e o alcance das normas constitucionais para que elas se adequem às novas realidades sociais, políticas ou jurídicas. Diferentemente de uma emenda constitucional, que altera materialmente o texto constitucional, a mutação constitucional é um processo informal que resulta de novas interpretações, refletindo a evolução da sociedade e as demandas contemporâneas, sem modificar o texto escrito da Constituição.

5

As imunidades parlamentares são mecanismos constitucionais destinados a resguardar a independência e a autonomia dos parlamentares no exercício de suas funções. Essas garantias dividem-se em imunidade material, que protege contra responsabilizações por opiniões e votos relacionados à atividade parlamentar, e imunidade processual, que estabelece restrições quanto à prisão e ao processamento judicial de parlamentares durante o mandato.

Com base na disciplina constitucional das imunidades parlamentares, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A imunidade material impede que parlamentares sejam responsabilizados, civil ou penalmente, por manifestações e votos proferidos no exercício do mandato.
- (B) A imunidade processual assegura que um parlamentar não possa ser preso durante o mandato, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável.
- (C) A imunidade parlamentar é absoluta e se aplica a qualquer crime, sem restrições ou exceções.
- (D) Crimes cometidos antes da posse não estão abrangidos pela imunidade parlamentar, podendo ser objeto de ação penal normalmente.
- (E) A imunidade parlamentar protege os atos diretamente ligados ao exercício do mandato, não abrangendo condutas alheias à atividade legislativa.

Letra c.**Assunto abordado:** Poder Legislativo

- (A) Certa. A imunidade material garante aos parlamentares proteção contra ações judiciais por manifestações relacionadas ao exercício de seu mandato, conforme o artigo 53 da Constituição Federal.
- (B) Certa. A imunidade processual veda a prisão de parlamentares durante o mandato, salvo em flagrante de crime inafiançável, conforme o artigo 53, § 2º, da Constituição Federal.
- (C) Errada. A imunidade parlamentar não é ilimitada. Embora proteja os parlamentares no exercício de suas funções, há restrições e exceções, especialmente no que diz respeito a crimes comuns e atos praticados fora da atividade legislativa.
- (D) Certa. A imunidade parlamentar não se aplica a crimes cometidos antes do início do mandato, permitindo que a ação penal prossiga normalmente, pois a proteção se inicia a partir da posse ou expedição do diploma.
- (E) Certa. A imunidade parlamentar se limita a atos que tenham conexão com a atividade legislativa, não abrangendo condutas pessoais ou desvinculadas do exercício do mandato.

6

O Município Beta editou uma lei complementar instituindo uma taxa de incêndio, com o objetivo de custear os serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Municipal na prevenção e no combate a incêndios.

Diante do exposto e considerando as normas constitucionais e legais aplicáveis à criação de taxas, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição da referida taxa apresenta um vício formal de constitucionalidade, pois apenas uma lei ordinária poderia tratar da matéria, e não uma lei complementar.
- (B) A base de cálculo de uma taxa não pode ter qualquer semelhança com a de um imposto, mesmo que não sejam idênticas.
- (C) A segurança pública, incluindo a prevenção e o combate a incêndios, é uma atribuição essencial dos Estados e do Distrito Federal, devendo ser financiada por impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para esse fim.
- (D) A criação de uma taxa de polícia administrativa, no ordenamento jurídico brasileiro, é uma prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- (E) Estados e o Distrito Federal podem instituir taxas de incêndio, desde que relacionadas ao uso efetivo ou potencial de serviços específicos e divisíveis prestados pelo Corpo de Bombeiros Estadual.

Letra c.**Assunto abordado:** Poder Judiciário. Organização do Estado. Controle de Constitucionalidade

- (A) Errada. O uso de lei complementar para criar uma taxa não gera vício de inconstitucionalidade, pois essa modalidade legislativa pode tratar de matérias reservadas à lei ordinária, mas não o contrário.
- (B) Errada. A Súmula Vinculante 29 do STF estabelece que a base de cálculo de uma taxa pode conter elementos da base de cálculo de um imposto, desde que não haja identidade integral entre elas.
- (C) Certa. O STF decidiu, no julgamento do RE 643.247, que a segurança pública, incluindo atividades de prevenção e combate a incêndios, é um serviço essencial cuja manutenção deve ser feita por meio de impostos, sendo vedada a instituição de taxa municipal para esse propósito.
- (D) Errada. A instituição de taxas pode ser feita por qualquer ente federativo, conforme o artigo 145 da Constituição Federal, não sendo matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- (E) Errada. O STF entende que o serviço de combate a incêndios é um serviço público geral e indivisível, que deve ser financiado por impostos, e não por taxas, tornando inconstitucional a sua cobrança por estados ou municípios.

7

O Poder Executivo lançou um plano de segurança pública que não contemplou medidas específicas para combater a violência de gênero e o uso excessivo da força por agentes estatais. O documento não categorizou os feminicídios de maneira diferenciada, dificultando sua identificação estatística. Além disso, ao contrário do plano anterior, não foram estabelecidas metas para reduzir as mortes resultantes de intervenções policiais, nem incluídos indicadores estratégicos para o monitoramento dessas ocorrências.

Considerando essa situação e os precedentes do Supremo Tribunal Federal, o projeto mencionado afronta o princípio da(o):

- (A) mínimo existencial.
- (B) separação dos poderes.
- (C) reserva do possível.
- (D) proteção da confiança.
- (E) vedação ao retrocesso.

Letra e.

Assunto abordado: Direitos Sociais

(A) Errada. O princípio do mínimo existencial está ligado à garantia de condições mínimas de vida digna, especialmente no acesso a direitos fundamentais como saúde e educação, mas não é o foco principal da questão.

(B) Errada. A separação dos Poderes não é diretamente violada neste caso, pois o problema central está na retirada de garantias anteriormente reconhecidas, e não na interferência entre os Poderes do Estado.

(C) Errada. A reserva do possível trata da limitação de recursos do Estado para garantir direitos fundamentais, mas o caso em análise refere-se à exclusão de diretrizes previamente adotadas, e não à insuficiência de meios financeiros.

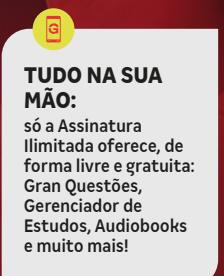
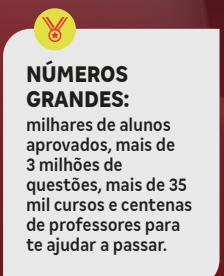
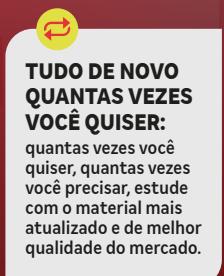
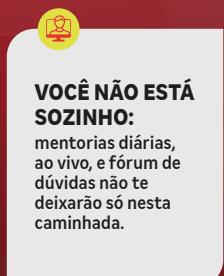
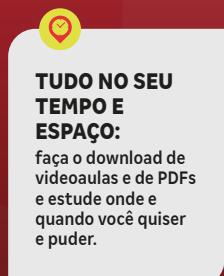
(D) Errada. O princípio da proteção da confiança busca garantir previsibilidade e estabilidade na atuação estatal, mas a questão trata de uma situação que caracteriza uma regressão de direitos já estabelecidos.

(E) Certa. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 7.013/DF, entendeu que a ausência de metas e indicadores no Plano Nacional de Segurança Pública para monitoramento de feminicídios e letalidade policial configura um retrocesso social em matéria de direitos fundamentais. O princípio da vedação ao retrocesso busca impedir que direitos sociais conquistados sejam suprimidos sem justificativa legítima.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora